

# Políticas públicas para o cumprimento das Metas do Milênio



o Brasil melhorou  
e VOCÊ ajudou.  
**ESSE PRÊMIO É SEU.**



## APRESENTAÇÃO

O Governo Federal vem implantando vários programas e ações que impactam positivamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e que têm ajudado o Brasil a cumprir as metas estabelecidas.

Algumas dessas iniciativas estão contempladas na Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Governo Federal e Municípios 2013-2016, um instrumento de gestão criado para orientar os municípios na implantação dos ODM.

Nesta publicação estão explicitadas as políticas públicas que integram a Agenda de Compromissos, além de outras que têm contribuído para os bons resultados alcançados pelo Brasil em relação às Metas do Milênio.

Também estão descritas todas as metas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e o desempenho do Brasil em relação a cada uma delas. Muito já foi feito, mas a nossa meta é melhorar sempre mais.

Mais informações sobre a Agenda de Compromissos:  
**[www.portalfederativo.gov.br](http://www.portalfederativo.gov.br)**

Acesso ao Sistema:  
**[www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br](http://www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br)**

## O FIM DA MISÉRIA É SÓ UM COMEÇO

Para cada um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio existe um conjunto de políticas públicas que estão em andamento. No caso do **ODM 1**, Acabar com a Fome e a Miséria, a meta já foi alcançada e superada.

O Governo Federal reconhece que a extrema pobreza não está relacionada apenas à insuficiência de renda. Assim, criou o Plano Brasil Sem Miséria, que envolve também estratégias para a inclusão produtiva e ações para ampliar o acesso dos beneficiários aos serviços públicos.

Exemplo disso é o Programa Mais Educação, que oferece estudo em tempo integral, com prioridade para regiões com maior incidência de pobreza e para alunos beneficiários do Bolsa Família; e o Brasil Alfabetizado, destinado a jovens, adultos e idosos, que está sendo implantado preferencialmente nas cidades onde há grande taxa de analfabetismo.

O mesmo critério está sendo utilizado para o Brasil Sorridente e para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), programas que estão sendo instalados prioritariamente em municípios com taxas elevadas de extrema pobreza. Há também o Saúde da Família, que atende aos pacientes em suas



residências e/ou nas Unidades Básicas de Saúde (UBS); o Olhar Brasil, que identifica problemas visuais em alunos da rede pública e do Brasil Alfabetizado; e o Aqui tem Farmácia Popular, que distribui medicamentos gratuitos para diabetes e hipertensão e remédios com desconto para asma, rinite, doença de Parkinson, osteoporose, glaucoma, além de contraceptivos e fraldas geriátricas.

A ampliação do acesso a creches para crianças mais pobres foi contemplada pelo programa Brasil Carinhoso, criado para superar a extrema pobreza já na primeira infância. Em dezembro de 2012, o programa foi ampliado para incluir famílias com pelo menos um filho de 7 a 15 anos.

Também integram o Brasil Sem Miséria os programas Rede Cegonha, de atendimento à gestante e bebês pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de assistência pré-natal e obstétrica na gravidez, no parto e no pós-parto e assistência às crianças; e o Saúde na Escola, de promoção de hábitos saudáveis, cultura de paz, prevenção da toxicod dependência e alcoolismo, e outros.

O Governo Federal ampliou, ainda, a rede de assistência social, conforme demonstra o Censo SUAS de 2011, com a instalação de novos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) e Centros de Referência de Assistência Social (Cras), e a rede de segurança alimentar com a instalação de novos equipamentos, como Banco de Alimentos, que prevê o abastecimento e o combate ao desperdício e ajuda na distribuição de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e na doação a entidades; e as Cozinhas Comunitárias, com a produção e comercialização de refeições saudáveis a preços acessíveis.

A extensão da complementação de renda do Bolsa Família, que iniciou o pagamento em março de 2013, vai alcançar os últimos 2,5 milhões de beneficiários do programa que ainda viviam em situação de extrema pobreza. Assim, o Governo Federal atinge uma marca histórica: a retirada de 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza. Com a medida, não existirá mais, no Bolsa Família, nenhuma família com renda mensal inferior a R\$ 70 por pessoa. Também no eixo garantia de renda do Brasil Sem Miséria está o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é garantido pela Constituição Federal e assegura um salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e a crianças, adolescentes ou adultos com doença crônica ou alguma deficiência.

Aliado à garantia de renda, o Brasil Sem Miséria também promove ações de inclusão produtiva – como qualificação profissional, assistência técnica, extensão rural e fomento à produção – e de acesso a bens e serviços públicos, em especial nas áreas de saúde, educação, habitação, acesso à água e à energia elétrica.

Para a inclusão produtiva urbana foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que criou 256 mil vagas para pessoas inscritas no Cadastro Único, e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa Minha Vida. O objetivo é inserir os beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho mediante oferta de cursos de formação sintonizados com a vocação econômica de cada região. Escolas técnicas, Sistema S e outras redes serão mobilizados para que seja possível proporcionar cursos gratuitos e oferecer aos alunos material pedagógico, lanche e transporte. Os catadores também têm recebido apoio à organização produtiva, com melhoria das condições de trabalho e ampliação das oportunidades de inclusão socioeconômica. A prioridade é atender capitais e regiões metropolitanas, apoiar as prefeituras em programas de coleta seletiva, além de capacitar os catadores e viabilizar infraestrutura e redes de comercialização.



Já a inclusão produtiva urbana passa por ações de Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater), o Luz para Todos; o Água para Todos - que atende as famílias com a construção de cisternas, e o Bolsa Verde, que repassa R\$ 300, a cada três meses, para famílias que conservam os ativos ambientais.

**Busca ativa** - Permanece o desafio do Governo Federal de identificar e incluir no Cadastro Único para programas sociais todas as pessoas que vivem na extrema pobreza no Brasil e ainda são invisíveis ao poder público. Para isso, o reforço da estratégia de busca ativa, com o apoio dos estados e municípios, é fundamental. A Tarifa Social de Energia Elétrica, o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Verde são alguns exemplos de ações que utilizam o Cadastro Único como referência para a seleção de beneficiários.

### Políticas Públicas/Programas da Agenda de Compromissos

#### Contatos:

##### Programa Bolsa Família:

bolsa.familia@mds.gov.br - 0800 707 2003

www.mds.gov.br/bolsafamilia

##### Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar:

1. Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar (DECOM) - paa@mds.gov.br, telefone: (61) 3433-1202
2. Coordenação-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar - paa@mds.gov.br, telefones: (61) 3433-1215 e 3433-1266
3. Coordenação-Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar (responsável pelos convênios entre o MDS e os governos municipais - modalidade Compra com Doação Simultânea) - paa@mds.gov.br, telefones: (61) 3433-1112 e 3433-1192
4. Coordenação-Geral de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (responsável pelos convênios entre o MDS e os governos estaduais para execução do PAA, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite) - paa@mds.gov.br, telefones: (61) 3433-1178, 3433- 1179 e 3433-1181
5. Coordenação-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos (responsável pela Cooperação entre o MDS e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para execução do PAA, modalidades Compras com Doação Simultânea, Compra Direta e Apoio à Formação de Estoques) - paa@mds.gov.br, telefones: (61) 3433-1186 e 3433-1185

##### Proteção Social Básica:

Departamento de Proteção Básica (SUAS) - protecaosocialbasica@mds.gov.br, telefone: (61) 3433-2916/ <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica>

## UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL

O **ODM 2** trata da Educação Básica de Qualidade para Todos. A Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2011 indicou a universalização do acesso ao ensino fundamental. Outros índices no setor educacional comprovam o acerto das políticas públicas: aumento na taxa de escolarização de

6 a 14 anos, redução da taxa de analfabetismo (15 anos ou mais), o aumento no atendimento da rede pública de ensino e alcance das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) em 2012.

Resultados como esses só foram possíveis graças a um arcabouço de políticas públicas com foco na educação, entre elas, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); obrigatoriedade do ensino de 4 aos 17 anos; Condicionalidade em Educação do Programa Bolsa Família; Programa ProInfância; Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) e Formação de Professores e Valorização dos Profissionais da Educação Básica.

### Políticas Públicas/Programas da Agenda de Compromissos

#### Contatos:

#### Universalizar o atendimento escolar da população de 4 a 5 anos

MEC : (61) 2022-8335 / 8336 / 8337 / 8338

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (DIRPE) - sac@fnde.gov.br, telefones: 0800 616161 (ligação gratuita) ou (61) 2022-4142 / 4135 / 4252 / 4789 / 4808 / 4877 / 4879 / 4933

#### Programa Mais Educação

Telefones: (61) 2022-9181 / 9211 / 9212 / 9174

Atingir as médias nacionais para o Ideb

PAR – Plano de Metas e PAR 2010 (acesso ao sistema, senha, inserção de dados, monitoramento do PAR) - planodemetas@mec.gov.br

FNDE: (61) 2022-5802 / 5813 / 5831 / 5902 / 5924 / 5928 / 5930 / 5961 / 5973

## MULHERES CONQUISTAM ESPAÇO INSTITUCIONAL PARA A GARANTIA DE DIREITOS

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, há dez anos, demonstra a importância que o Governo Federal dispensa às questões de gênero. Várias ações foram colocadas em curso e o Brasil já alcançou a meta prevista no **ODM 3**, de Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher. Meninas e mulheres são maioria em todos os níveis de ensino.

A proteção às mulheres também tem destaque. A Lei Maria da Penha, por exemplo, completou 6 anos em agosto de 2012 e já tinha prendido mais de 4 mil agressores e instaurado mais de 600 mil procedimentos para coibir a violência. Até novembro de 2012, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) tinha recebido 2,7 milhões de ligações.

Por meio do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência vêm sendo ampliados dia a dia. Outro reflexo das políticas públicas de valorização da mulher é o Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade de Gênero, que resultou no aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) e no rendimento das trabalhadoras. Entre 2003 e 2011, a PEA feminina cresceu 17,3% e a masculina 9,7%. O rendimento real médio cresceu 24,9%, e a remuneração média passou a corresponder a 72,3% da masculina.



### Políticas Públicas/Programas da Agenda de Compromissos

#### Contatos:

##### **Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade do Mundo do Trabalho**

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (DIRPE) - sac@fnde.gov.br, telefones: 0800 616161 (ligação gratuita) ou (61) 2022-4142 / 4135 / 4252 / 4789 / 4808 / 4877 / 4879 / 4933

##### **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**

Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes - Zona Cívica Administrativa. Brasília-DF - CEP: 70.150-908 / spmulheres@spmulheres.gov.br/ (61) 3411-4211

## CAI A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL E BRASIL ATINGE A META

A redução da taxa de mortalidade infantil, que caiu de 26,1 óbitos em 2001 para 15,7 em 2011, fez com que o Brasil atingisse a meta com quatro anos de antecedência. Iniciativas como o Programa Brasil Carinhoso e o Rede Cegonha, a distribuição de doses de sulfato ferroso para crianças menores de cinco anos, o aumento do número de crianças que recebem o tratamento com megadose de vitamina A foram responsáveis pelo bom desempenho do Brasil em relação ao **ODM 4**, Reduzir a Mortalidade Infantil. Outras iniciativas como a Vigilância da Mortalidade Infantil e Fetal, o Programa Nacional de Imunização e o Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil vieram se somar ao esforço do Governo Federal para reduzir o índice de óbitos de crianças menores de cinco anos.

### Políticas Públicas/Programas da Agenda de Compromissos

#### Contatos:

##### **Atenção Básica à Saúde**

Departamento de Atenção Básica (DAB) - Telefone (61) 3315-9044

[www.dab.saude.gov.br/portaldab/](http://www.dab.saude.gov.br/portaldab/)

Políticas de Redução da Mortalidade Infantil

[reducaomortalidadeinfantil@saude.gov.br](mailto:reducaomortalidadeinfantil@saude.gov.br) ou Disque Saúde - 136

[www.portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area=1583](http://www.portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area=1583)

##### **Programa Nacional de Imunização**

Disque Saúde - 136

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1448](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1448)



## REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA É PRIORIDADE

A razão de mortalidade materna tem declinado ao longo dos últimos anos: passou de 141 por 100 mil nascidos vivos (1990) para 68 em 2010. Mesmo assim, o Brasil ainda não cumpriu a meta de atingir 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos, o que precisa ser alcançado até 2015 para que se cumpra o **ODM 5**, Melhorar a Saúde das Gestantes.

No entanto, programas e políticas públicas podem reverter a situação, entre eles o Rede Cegonha, que conta com a adesão de todos os estados e quase cinco mil municípios, e a ampliação do acesso ao exame pré-natal e a testes rápidos de gravidez.

A preocupação com a gestante e com a saúde da mulher é verificada por meio de ações como a distribuição de comprimidos de sulfato ferroso para gestantes, e o aumento no número de mamografias de rastreamento e exames de Papanicolau, por meio do Programa e Fortalecimento de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e de Mama.

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher e o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal são outros aliados no desafio do governo brasileiro para reduzir a mortalidade materna.

### Políticas Públicas/Programas da Agenda de Compromissos

#### Contatos:

#### Rede Cegonha

SISPRENATAL e SISPART: [saude.mulher@saude.gov.br](mailto:saude.mulher@saude.gov.br), telefone: (61) 3315-9101

Departamento de ações programáticas estratégicas - Área técnica de saúde da mulher, telefone: (61) 3306-8101

[www.saude.gov.br/redecegonha](http://www.saude.gov.br/redecegonha)

## AIDS, MALÁRIA E TUBERCULOSE ESTÃO SOB CONTROLE

O Brasil vem se destacando também no cumprimento do **ODM 6**, que prevê o Combate à Aids, a Malária e outras Doenças. As taxas de incidência da Aids estão estabilizadas, a malária tem sido controlada e houve uma redução de 56% entre 2005 e 2011. Da mesma forma, a taxa de incidência da tuberculose está em declínio e fez com que o Brasil antecipasse em cinco anos o cumprimento dessa meta. Dois Programas Nacionais de Controle da Malária e da Tuberculose ajudaram nessa tarefa.

O número de notificações de óbitos por dengue tem sido reduzido graças ao Programa Nacional de Controle da Dengue, mas os casos de incidência da doença ainda preocupam. No 1º semestre de 2012, 84.535 pessoas foram infectadas com dengue, enquanto que em 2003 as notificações chegaram a 299.764. Em relação a 2011, houve uma redução de 90% de óbitos e menos 66% de casos graves da doença.





## Políticas Públicas/Programas da Agenda de Compromissos

### Contatos:

#### Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS

informacoes@aids.gov.br e a página [www.aids.gov.br](http://www.aids.gov.br) são os melhores canais de comunicação para gestores locais.

#### Programa Nacional de Controle da Malária

Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle de Malária

Telefone: (61) 3213 8083

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1526](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1526)

[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia\\_pratico\\_tratamento\\_malaria\\_brasil\\_2602.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_pratico_tratamento_malaria_brasil_2602.pdf)

#### Programa Nacional de Controle da Dengue

[dengue@saude.gov.br](mailto:dengue@saude.gov.br)

Telefones: (61) 3315-2755/3410

[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes\\_epidemias\\_dengue\\_11\\_02\\_10.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes_epidemias_dengue_11_02_10.pdf)

[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/flash/cartilha\\_dengue.html](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/flash/cartilha_dengue.html)

#### Programa Nacional de Controle da Tuberculose

[draurio.barreira@saude.gov.br](mailto:draurio.barreira@saude.gov.br), telefone: (61) 3213-8234

Unidade Técnica do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN  
Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Sala 137, Brasília/DF, CEP: 70.058-900

[sinan@saude.gov.br](mailto:sinan@saude.gov.br), telefones: (61) 3315-3191/3193

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=31101](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31101)

## AUMENTA O ACESSO A SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A população brasileira está tendo mais acesso aos serviços de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. O número de domicílios ligados à rede de água passou de 81% em 2001 para 84,6% em 2011. Já o total de domicílios ligados à rede de esgoto cresceu de 66,7% para 77,2%, entre 2001 e 2011. A coleta de lixo chegou a 88,8% dos domicílios em 2011.

Na área ambiental, o Código Florestal vem se somar ao esforço para recuperar áreas desmatadas e manter reserva legal. A taxa de desmatamento na Amazônia entre agosto e julho de 2011 foi a menor registrada desde a primeira medição do INPE, em 1988. A área de 6.418 km desmatada no período é de 76,9% menor do que a registrada em 2004.

As ações do Governo Federal asseguraram o menor desmatamento da história, o maior número de áreas protegidas, a sustentabilidade nas compras públicas e a promoção dos direitos dos povos indígenas, além de uma série de outras políticas públicas, entre elas, o Programa de Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros, Programa Nacional de Florestas e Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que vão ao encontro do **ODM 7**, Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente.



### Políticas Públicas/Programas da Agenda de Compromissos

#### Contatos:

##### Abastecimento de Água

Funasa - Departamento de Engenharia de Saúde Pública - Telefones: (61) 3314-6262 / 6267 / 6225 e Fax: (61) 3314-6613

Ministério das Cidades: Departamento Apoio à Gestão Municipal e Territorial - Pedro Henrique Dücker Bastos - pedro.bastos@cidades.gov.br / (61) 2108-1347

FUNASA: <http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/sistema-de-abastecimento-de-agua/>

Ministério das Cidades: <http://www.cidades.gov.br/saneamento/>

##### Esgotamento Sanitário

Funasa - Departamento de Engenharia de Saúde Pública - Telefones: (61) 3314-6262 / 6267 / 6225 e Fax: (61) 3314-6613

Ministério das Cidades: Planos de Saneamento - Esgotamento sanitarioplanosdesaneamento@cidades.gov.br, telefones: (61) 2108-1488 / 1102 / 1966

FUNASA: <http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/sistema-de-abastecimento-de-agua/>

Ministério das Cidades: <http://www.cidades.gov.br/saneamento/>

##### Resíduos Sólidos

Ministério do Meio Ambiente Projetos de Gestão de Resíduos Sólidos - Saburo Takahashi - saburo.takahashi@mma.gov.br, telefone: (61) 2028-2047

SINIR - [sinir@mma.gov.br](mailto:sinir@mma.gov.br)

SISNAMA - Ana Lucia Ancona - [ana.ancona@mma.gov.br](mailto:ana.ancona@mma.gov.br)

Telefone: (61) 2028-2125

Manual para elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos:

[http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/manual\\_de\\_residuos\\_solidos3003\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf)

## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO EIXO SUL-SUL É FORTALECIDA

O Brasil tem trabalhado em âmbito internacional para a construção de políticas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações dos países do eixo Sul-Sul e tem privilegiado o fortalecimento das relações com países da América Latina e do Caribe. O governo brasileiro tem colocado em prática o Programa de Cooperação Técnica Internacional para atender a essa finalidade.

No **ODM 8** - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento - foi proposta a meta de formular e executar estratégias, em cooperação com países desenvolvidos, empresas farmacêuticas e setor privado que permitam aos jovens trabalho digno e produtivo; aos países em via de desenvolvimento o acesso a medicamentos a preços acessíveis e o acesso a novas tecnologias.





No âmbito interno, o governo brasileiro tem procurado manter um ambiente de negócios estável para que mais brasileiros possam construir seus próprios empreendimentos por meio da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, com a reformulação do Simples e a criação do Simples Nacional; e da Lei do Microempreendedor Individual (MEI), além da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### Políticas Públicas/Programas da Agenda de Compromissos

#### Contatos:

##### **Programa Microempreendedor Individual - MEI**

Sebrae - Telefone: 0800 570 0800 - [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Telefone: (61) 2027-8888

Portal do Empreendedor:

<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>

##### **Esforço Fiscal e Receita Corrente Líquida**

Secretaria do Tesouro Nacional:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/fale-conosco>

E-mail: [joao.goulart@fazenda.gov.br](mailto:joao.goulart@fazenda.gov.br)

Lei de Responsabilidade Fiscal:

[http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/file?file\\_id=3189763&show\\_all\\_versions\\_p=f](http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/file?file_id=3189763&show_all_versions_p=f)

Simples Nacional:

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/FaleConosco.aspx>

Portal Simples Nacional:

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/Default.aspx>

Portal Sebrae: <http://www.sebrae.com.br/uf/paraiba/sites-especiais/simples-nacional>



Parceiros:

---



Coordenação Técnica:

---



Coordenação-Geral:

---



Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade



Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.

Secretaria-Geral da  
Presidência da República

